

semestre que designar o primeiro coupon que estiver com as inscripções apresentadas; e aquellas cautelas que não tiverem vencimento designado deve entender-se que o que lhes compete é desde o primeiro semestre de 1856.

§ Dos coupons separados das novas inscripções far-se-ha receita na caixa de papeis de credito, para serem entregues posteriormente a quem apresentar os que faltarem nas inscripções recebidas, devendo proceder-se previamente, com toda a fiscalisação e exame, para se verificar a veracidade dos coupons que se apresentarem para serem trocados, fazendo-se, tanto pelos que se receberem, como pelos que se entregarem, os assentos necessarios, com toda a especificação, clareza e exactidão.

Art. 5.º Das inscripções que se receberem se fará receita diariamente na conta respectiva da caixa de deposito de papeis de credito, conservando-se dentro das mesmas Propostas com que forem apresentadas até se proceder á conferencia final, para serem inutilisadas.

Art. 6.º Para a inutilisação d'estas inscripções se adoptarão os preceitos e solemnidades estabelecidas para as amortisações, procedendo-se aos termos e assentos competentes. Tambem se fará uma conta d'esta operação, em que se demonstre a importancia das inscripções de coupons que se acham emittidas; as que d'estas forem trocadas pelas de assentamento ou pelas de coupons, para se conhecer em qualquer epocha as que deixaram de ser apresentadas.

Art. 7.º A Junta do Credito Publico annunciará com antecipaçào a epocha em que se ha de proceder á inutilisação de que trata o artigo antecedente, declarando que depois d'essa epocha, em que as inscripções recebidas tiverem sido queimadas, os coupons que tivessem sido separados e que não estavam unidos a ellas quando foram apresentadas, não poderão ser trocados pelos das novas inscripções.

Art. 8.º As novas inscripções serão das mesmas series e da mesma fórma assignadas como as actuaes, o papel será de linho, com letras denominadas de agua; serão estampadas, as chapas abertas por diversos abridores, e a estamparia feita no edificio aonde está a Junta, e sob a inspecção de um Empregado por ella nomeado

Art. 9.º Haverá toda a fiscalisação desde o fabrico do papel para as novas inscripções até á sua entrega, fazendo-se a escripturação conveniente, em que se demonstre todo o processo da emissão de taes titulos.

Art. 10.º A Junta do Credito Publico fica auctorisada para providenciar como convier sobre qualquer emissão, dentro dos limites das suas attribuições, organisando o que for necessario para levar a effeito o presente Regulamento.

Junta do Credito Publico, em 15 de Fevereiro de 1856. — *Barão de Palma*, Presidente — *José Pereira Pessoa* — *Faustino da Gama* — *Francisco Izidoro Vianna*.

No Diario do Governo de 21 de Fevereiro, N.º 44.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO.

1.ª Direcção — 1.ª Repartição.

Tomando em consideração o Relatorio (1) dos Ministros e Secretarios d'Estado na Repartição dos Negocios do Reino e na dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça, e Usando da auctorisação do artigo 12.º da Carta de Lei de 12 de Agosto de 1854, em

(1) Senhor: — Pela Lei de 12 de Agosto de 1854, artigo 12.º, é o Governo de Vossa Magestade Fidelissima auctorisado para reorganisar o Lyceu Nacional de Santarem, com todas as cadeiras e substituições necessarias para complemento da instrucção secundaria, incluindo as cadeiras de sciencias naturaes, alludidas nos artigos 1.º e 3.º da mesma Lei, e para crear uma Escola normal de ensino primario junto do Lyceu incorporado no Seminario Patriarchal, devendo ser tudo regulado em proveito reciproco da Igreja e do Estado, por tal modo que as despesas do serviço não excedam da somma legalmente estabelecida para qualquer dos Lyceus de Evora ou Braga.

conformidade do Parecer da Secção Administrativa do Conselho d'Estado, e das Consultas do Conselho Superior de Instrucção Publica, sobre a do Cardeal Patriarcha de Lisboa; Hei por bem Decretar o seguinte

REGULAMENTO.

Artigo 1.º O Lyceu Nacional de Santarem, que, na conformidade da Lei de 12 de Agosto de 1854, é incorporado no Seminario Patriarchal e mandado reorganisar para complemento da instrucção secundaria de ambos os Estabelecimentos, comprehenderá doze cadeiras para o ensino das disciplinas abaixo mencionadas:

- 1.ª Grammatica portugueza e latina, e principios de traducção e construcção, e analyse grammatical.
- 2.ª Latinidade.
- 3.ª Lingua franceza e ingleza.
- 4.ª Lingua grega e hebraica.
- 5.ª Historia, geographia e chronologia.
- 6.ª Oratoria, poetica e litteratura.
- 7.ª Philosophia racional e moral, e principios de direito natural.
- 8.ª Arithmetica, algebra elementar, principios de trigonometria plana e geographia mathematica.
- 9.ª Principios de physica e chimica e introducção á historia natural dos tres reinos.
- 10.ª Economia industrial e social, e escripturação commercial.
- 11.ª Desenho.
- 12.ª Musica.

Art. 2.º As diversas cadeiras do Lyceu de Santarem e os cursos de sciencias naturaes do Seminario Patriarchal, até aqui existentes nos dois Estabelecimentos, são agora substituidos pelas cadeiras alludidas no artigo antecedente para o estudo das disciplinas ali designadas.

Art. 3.º Nas aulas do Lyceu de Santarem os estudos de suas disciplinas podem ser cultivados por todos os alumnos internos ou externos do Seminario, que, devidamente habilitados, concorrerem á frequencia dos cursos respectivos.

Para se fazer d'esta auctorisação o uso conveniente foram ouvidos por suas Consultas o Prelado diocesano, o Conselho Superior de Instrucção Publica e a Secção Administrativa do Conselho d'Estado.

Umas e outras Auctoridades reconhecem a vantagem de se effectuar a organização do Lyceu de Santarem com doze cadeiras de ensino, sendo duas para os exercicios das sciencias naturaes, oito para as disciplinas que constituem o curso do Lyceu de Evora ou de Braga, e as ultimas para o desenho e musica.

É igualmente reconhecida a utilidade de ficar sendo interino e temporario o provimento das cadeiras, sob Proposta do Prelado diocesano, a fim de que, demonstrando-se pela experiencia de alguns annos as qualidades intellectuaes e moraes dos Professores, assim providos, possam ser conservados d'entre elles os que reunirem as condições necessarias para a boa instrucção e educação da mocidade destinada ás carreiras civis ou ás do sacerdocio ecclesiastico, sendo excluidos os que por quaesquer defeitos se tornarem nocivos ao magisterio.

A necessidade que ha de regrar as despesas do Lyceu e da Escola normal de Santarem pelas que se acham auctorisadas para o Lyceu de Evora ou de Braga é uma circumstancia que torna inevitavel empregar substitutos extraordinarios no serviço das cadeiras vagas ou no impedimento dos Professores, obrigando alem d'isso a modificar as gratificações pecuniarias aos Professores temporarios e substitutos, sem que todavia deixem elles de ficar compensados com outras vantagens, de certo modo equivalentes aos vencimentos ordinarios.

São estas as medidas capitaes que se afiguram indispensaveis para a mais util e proveitosa execução do artigo 12.º da Carta de Lei de 12 de Agosto de 1854, e que os Ministros da Corôa na Repartição dos Negocios do Reino e na dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça não hesitam em submeter á alta consideração de Vossa Magestade, com os necessarios desenvolvimentos no Projecto de Regulamento aqui junto.

Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, em 20 de Fevereiro de 1856. — *Rodrigo da Fonseca Magalhães* — *Frederico Guilherme da Silva Pereira*.

Art. 4.º Ao Lyceu de Santarem são applicaveis, na parte em que não contrariarem este Regulamento, as disposições legislativas ou regulamentares por que se regem os outros Lyceus nacionaes do Reino, ácerca das regras de policia, disciplina e economia litteraria com respeito aos mestres e discipulos, e em relação ás matriculas, á duração dos estudos, aos exames e quaesquer outros objectos analogos; ficando em todo o caso salva a direcção e inspecção que por direito compete ao Prelado diocesano, sobre a instrucção, educação e serviço do Seminario Patriarchal.

§ unico. Os alumnos internos do Seminario, que forem pensionarios d'elle ou do Estado ou do Cofre da Bulla da Santa Cruzada, não pagam propinas pelas matriculas e exames, nem pelas certidões de qualquer d'esses actos.

Art. 5.º É creada junto do Lyceu Nacional de Santarem uma Escola normal de ensino primario, em conformidade do disposto no artigo 12.º da Lei de 12 de Agosto de 1854.

§ 1.º Para a organização da Escola normal servirão de auxilio os exercicios theoricos e praticos nas aulas do Lyceu, da Escola Elementar primaria de Santarem, e bem assim os estudos e as condições economicas do Seminario Patriarchal.

§ 2.º Um Regulamento privativo, formulado com attenção a estes recursos, á possibilidade de se estabelecerem sem augmento de pessoal alguns cursos especiaes, e ás disposições da Legislação applicavel, prescreverá as regras necessarias para se effectuar com a maior economia e aperfeiçoamento possivel a organização da Escola normal primaria em Santarem.

§ 3.º O Projecto d'esse Regulamento será coordenado pelo Reitor do Lyceu e do Seminario em conselho dos Professores de ambos os Estabelecimentos e do Professor da Escola Elementar primaria de Santarem, cujos trabalhos subirão pelo Ministerio do Reino á consideração do Governo, com informação e parecer do Prelado diocesano.

Art. 6.º Cada uma das cadeiras do Lyceu Nacional de Santarem será regida por um Professor.

§ unico. Exceptuam-se as cadeiras alludidas no 3.º e 4.º numero do artigo 1.º d'este Regulamento, nas quaes poderá haver dois Professores para o ensino singular de cada uma das linguas ali mencionadas.

Art. 7.º O provimento das cadeiras do Lyceu que estiverem vagas ou vierem a vagar será interino e temporario, sob Proposta do Prelado diocesano, fundamentada e submettida por elle á resolução do Governo pelo Ministerio do Reino.

§ unico. Os Professores temporarios, que no exercicio do seu cargo se tornarem nocivos ou inconvenientes á instrucção ou á educação dos alumnos, por falta de conhecimentos adequados ou por defeitos de moralidade, serão immediata e impreterivelmente exonerados pelo expediente do mesmo Ministerio.

Art. 8.º São conservados no Lyceu os Professores vitalicios ali existentes, e transferidos para aquelle Estabelecimento os Professores temporarios do Seminario Patriarchal, que estiverem regendo com approvação regia as cadeiras ora incorporadas no Lyceu.

§ unico. Uns e outros Professores serão collocados nas cadeiras do Lyceu, segundo as conveniencias do serviço de cada uma d'ellas.

Art. 9.º Quando for definitivamente decretada a organização do Lyceu de Santarem e a da Escola normal annexa, em relação ao numero dos Professores e ao modo e perpetuidade do seu provimento, serão creadas e regularmente providas as substituições ordinarias, que na conformidade da Lei lhes possam corresponder.

Até essa epocha haverá substitutos extraordinarios para o serviço das cadeiras vagas ou dos Professores legitimamente impedidos.

Estes substitutos serão designados pelo Reitor do Lyceu e do Seminario em conselho de ambos os Estabelecimentos.

Art. 10.º Os vencimentos pelo serviço do magisterio no Lyceu de Santarem são fixados nos termos seguintes:

§ 1.º Os Professores vitalicios, actualmente existentes, continuam a perceber os ordenados até aqui estabelecidos.

§ 2.º Os Professores temporarios vencem a gratificação annual de 212\$000 réis,

podendo gosar, alem d'isso, a vantagem de ter habitação e sustento no Seminario Patriarchal.

§ 3.º Quando o serviço da cadeira de francez e inglez ou o da cadeira de grego e hebraico tiver de ser feito, nos termos do § unico do artigo 6.º d'este Regulamento, por dois Professores, perceberá cada um d'elles ametade da gratificação pecuniaria, estabelecida para a totalidade do trabalho.

§ 4.º Os substitutos extraordinarios que, nos termos do § unico do artigo 9.º d'este Regulamento, forem chamados a fazer serviço, vencerão, na rasão do seu exercicio, metade da gratificação dos Professores temporarios.

Art. 11.º Ao pagamento das gratificações dos substitutos extraordinarios é applicada a quantia de 433\$750 réis á conta das substituições ordinarias, em quanto estas não forem providas; podendo ter a mesma applicação a verba relativa ás cadeiras vagas ou aos Professores que deixarem de ser legalmente abonados em folha durante os seus impedimentos.

§ unico. Se com estes meios o pagamento dos substitutos extraordinarios não couber na somma legal para as despesas do Lyceu pelo Thesouro Publico, deverá o Prelado diocesano mandar-lhes satisfazer pelo Cofre do Seminario a gratificação que lhe parecer justa, sendo por elle previamente fixada e auctorisada.

Art. 12.º A despesa com o serviço geral e especial do Lyceu de Santarem e da Escola normal annexa nunca excederá a somma legalmente votada para os Lyceus de Evora ou Braga, a qual, em relação a este ultimo Estabelecimento, se acha fixada pela Lei das Despesas publicas de 17 de Julho de 1855 na quantia de 4:007\$500 réis.

§ 1.º Esta somma assim auctorisada para o Lyceu de Santarem será distribuida do seguinte modo:

Commissario Reitor	120\$000
Secretario	50\$000
Porteiro	100\$000
Expediente	50\$000
Dois Professores vitalicios a 350\$000 réis	700\$000
Dez Professores temporarios a 212\$000 réis	2:120\$000
Substitutos extraordinarios	433\$750
Escola normal primaria	433\$750
	<hr/>
	4:007\$500

§ 2.º Estas despesas a cargo do Thesouro Publico serão pagas por folhas regularmente processadas pela Auctoridade competente.

Art. 13.º Aos Professores temporarios e aos substitutos extraordinarios do Lyceu de Santarem, que nos exercicios do magisterio fizerem bom e effectivo serviço, comprovado e reconhecido como tal, será contado o tempo d'esse serviço para obterem as vantagens honorificas ou pecuniarias, que em igualdade de circumstancias estiverem a caber aos Professores vitalicios ou aos substitutos ordinarios pelos trabalhos de instrução secundaria.

§ unico. Os outros beneficios do professorado, com respeito á independencia e perpetuidade do emprego e ás suas consequencias legaes, poderão obte-los os Professores temporarios e os substitutos extraordinarios depois de tres annos de bom e louvavel serviço, achando-se definitivamente decretada a organização do Lyceu.

Art. 14.º Todas as disposições d'este Regulamento são provisórias e subordinadas ás modificações e reformas que a experiencia mostrar que são uteis e necessarias para base segura da organização definitiva do Lyceu Nacional de Santarem.

Os Ministros e Secretarios d'Estado dos Negocios do Reino e dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça assim o tenham entendido, e façam executar. Paço de Mafra, em 20 de Fevereiro de 1856. — REI. — *Rodrigo da Fonseca Magalhães* — *Frederico Guilherme da Silva Pereira*.